

## **Participação Política de Jovens em Ações Coletivas e Espaços Institucionalizados de Poder**

**Nathan Busnello Moreira**

Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Professor do Curso de Educação Física da Celer Faculdades (SC), [nathanmoreira@unochapeco.edu.br](mailto:nathanmoreira@unochapeco.edu.br)

**Rosana Maria Badalotti**

Docente do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), [rosana@unochapeco.edu.br](mailto:rosana@unochapeco.edu.br).

**Resumo:** Este texto reflete sobre o processo de participação de jovens em ações coletivas e espaços institucionalizados de poder na América Latina e no Brasil. A coleta de dados concentrou-se em levantamento bibliográfico e documental, com o propósito de proporcionar maior familiaridade e possibilitar reflexões sobre o tema em questão como parte de revisão bibliográfica de dissertação, cujo problema visa analisar quais aspectos motivam a participação de jovens em pleitos eleitorais na região da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), localizada no estado de Santa Catarina. O percurso analítico toma como bases referenciais da teoria das ações coletivas e teoria da cultura política com ênfase para a participação política de jovens. De maneira geral, os jovens, ao contrário do que sugere o senso comum, não são desinteressados da participação na vida pública. Embora com diferenças históricas e geográficas, é possível verificar que a participação política de jovens é importante, sendo expressa principalmente em movimentos sociais, entre outros espaços de ações coletivas. No que se refere à participação de jovens em espaços institucionalizados de poder, se identificou que o jovem considera este espaço fundamental para gerar mudanças na sociedade e embora exista este reconhecimento, não significa que os mesmos não sejam críticos aos operadores da política partidária, e de fato sua desconfiança nestes espaços tem implicado em sua participação nestas esferas. Conclui-se que os jovens têm sua orientação voltada ao princípio da irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica e essas são construções importantes para a renovação da cultura política e ampliação da democracia participativa.

**Palavras-Chaves:** Ações Coletivas; Espaços Institucionalizados; Jovens; Participação; Política.

## **Political Participation of Young People in Collective Actions and Institutionalized Power Spaces**

**Abstract:** The present work is a thought on the engagement of Brasil's and Latin America's youth in collective actions and institutionalized power spaces. The data gathering focused on bibliographical and documental research, with the purpose of becoming familiar with the subject and making analysis about it possible, as a part of the dissertation's bibliographical revision. This work's research problem is to analyze which aspects motivate young people to engage in the election campaigns of a region called Towns of *Alto Irani* Association (AMAI),

located in the state of Santa Catarina, in Brazil. The analytical trajectory takes as its basis theories of collective action and political culture that emphasize young people's participation. In a general manner, young people, in spite of what is believed by the common sense, are not uninterested in taking part in public life. Even though there are historical and geographical differences between regions, it's possible to verify that political engaging of young people is important, with its biggest expression being within social movements, as well as in other spaces of collective action. When it comes to the same participation but institutionalized power spaces, youth considers them a fundamental space for social changes, which does not indicate that it is not critical on how political parties work; in fact, this same critising is what has been motivating young people to participate in these circles. It is concluded that youngsters are orientated towards the value of the irreverence, through questioning, by unstabilizing given truths and critisizing, and these are important constructions for the renovation of political culture and the expansion of participatory democracy.

**Key-words:** Collective Actions; Institucionalized Power Spaces; Youth; Engaging; Politics.

## Introdução

De acordo com Gohn (2010) a participação cidadã é entendida como o processo de tomar parte de um processo político, social e cultural por meio de ações coletivas organizadas e expressas em espaços públicos.

A literatura demonstra que a participação cidadã via o protagonismo civil está expressa nas ações coletivas de inúmeros agentes da sociedade civil tais como: movimentos sociais, fóruns, assembleias, conselhos de inúmeros tipos, redes, ONGs e entidades do Terceiro Setor. Esse processo protagonizado pela sociedade civil requer vontade política das forças democráticas organizadas para a construção de uma nova sociedade. No Brasil este protagonismo não buscou apenas conquistas para a categoria, mas envolveu-se em discussões e lutas de interesse de toda sociedade, como se pode verificar através de Sposito e Corrochano (2003) que afirmam que desde a década de 60 podem ser identificadas expressivas e eficientes ações coletivas de jovens.

De acordo com Kliksberg (2006, p.909) “[...] os jovens representam cerca de 40% da população da América Latina. Porém não é apenas seu peso quantitativo, eles também são o maior agente potencial de mudanças. Têm mais disposição do que qualquer outro setor social para comprometer-se com causas nobres, com ideais, com desafios coletivos”.

No Brasil, cabe ressaltar que com a entrada do tema da juventude na pauta política, surgiram fóruns de discussão que assumiram papel destacado no debate sobre as políticas públicas para a juventude e contribuíram para a diminuição do predomínio de uma lógica hegemônica por grupos e organizações (FÓRUM DE JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO, 2007). De outra forma, esta participação política também pode ocorrer nos

espaços institucionalizados de poder, pois conforme Silva (2008) os espaços institucionalizados (partidos políticos, poder executivo e legislativo nas diferentes escalas, entre outros) são esferas de decisões políticas, e, portanto, espaços concretos de discussão, elaboração e ações para o desenvolvimento.

Nos últimos trinta anos a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva. Melucci (1996) referiu-se, por exemplo, a formas de ação inteiramente compostas de jovens, bem como à participação destes sujeitos em mobilizações que envolveram outras categorias sociais, evidenciando também os movimentos juvenis como parte de uma rede composta de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária.

Este artigo é resultado de revisão bibliográfica e documental realizada no âmbito do componente curricular Redes, Organizações e Capital Social e como parte de revisão de dissertação em andamento do primeiro autor, orientada pelo segundo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Este texto reflete sobre o processo de participação de jovens em ações coletivas e espaços institucionalizados de poder na América Latina e Brasil. A coleta de dados concentrou-se em levantamento bibliográfico e documental, com o propósito de proporcionar maior familiaridade e possibilitar reflexões sobre o tema em questão como parte de revisão bibliográfica de dissertação, cujo problema visa analisar quais aspectos motivam a participação de jovens em pleitos eleitorais na região da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), localizada no estado de Santa Catarina. O percurso analítico deste texto toma como bases referenciais da abordagem da cultura política e das ações coletivas, com ênfase para a participação de jovens enquanto protagonistas na construção de um processo político, social e cultural.

### **Ações coletivas e Cultura política: processo de participação de jovens na América Latina e Brasil**

De acordo com a teoria das ações coletivas, compreende-se que a participação cidadã é entendida como o processo de tomar parte de um processo político, social e cultural por meio de ações coletivas organizadas e expressas em espaços públicos, conforme Gohn (2010). Desta maneira, formas de ação que envolvem jovens como atores centrais, mesmo que situados em contextos históricos e geográficos distintos, é possível identificar a participação

destes sujeitos em variados espaços tais como, associações, entidades, fóruns, redes, ONGs, conselhos, partidos políticos, instâncias de elaboração de políticas públicas, movimentos sociais, entre outros.

Do ponto de vista da teoria da cultura política, Estado e sociedade são entidades diferenciadas que se integram por meio de instituições intermediárias formais e informais via processo de socialização política, conforme Baquero (2003), o que justifica a importância de analisar e pesquisar processos relacionados ao tema da participação, em especial de jovens em ações coletivas e espaços institucionalizados de poder.

Estes processos estão relacionados a consolidação democrática ocorrida na maioria dos países da América Latina a partir do final dos anos 70. Segundo Baquero (2011), os regimes latino-americanos não têm conseguido fomentar uma participação política mais intensa e os avanços institucionais trazidos não conseguem despertar nos cidadãos um engajamento político efetivo, na medida em que se observa um significativo grau de desconfiança dos cidadãos para com as instituições democráticas o que acarreta um fraco estímulo para participar ativamente na vida pública. Segundo esta concepção, identifica-se um descrédito da população frente às instituições da democracia nos países da América Latina.

Por outro lado, estudos da Ciência Política que tratam de casos de experiências participativas e deliberativas registram o crescimento do engajamento dos cidadãos em instituições como associações, ONGs, movimentos sociais e organismos de proteção dos direitos humanos, segundo Luchmann (2007).

Nesta direção, “[...] participação sugere pertencimento, reconhecimento, exercício do direito de ser sujeito, cidadania por construção de democracia, então não depende somente dos jovens e de suas entidades” identifica Castro (2007, p. 105).

Ainda, outro fator que deve ser considerado em contextos políticos e que tem caracterizado a conjuntura política nacional se refere às denúncias de corrupção, as quais tem contaminado historicamente o debate sobre participação conforme Castro e Vasconcelos (2007, p. 79):

O debate sobre participação é particularmente contaminado no Brasil de hoje, considerando a conjuntura política, as denúncias de corrupção e o mau uso da coisa pública, assim como as notícias e a tendência ao escândalo sobre tais fatos, tão ao gosto de uma sociedade de espetáculo.

No que se refere à participação da juventude, existe uma percepção acadêmica e também de senso comum, tendo em vista fatos históricos, que os jovens fazem parte de uma categoria social que protagonizou uma diversidade de movimentos, porém, que atualmente

encontra-se apática e estática da vida pública. Diante desta conclusão, Baquero (2003, p.10) afirma que “[...] esta característica não é exclusiva da juventude, ela encontra-se espalhada por toda a sociedade brasileira e latino-americana”.

Sobre essa errônea percepção Ciccheli (2009, p.109) ressalta que:

É reflexo da juventude que tivemos na década de 80 – juventude essa que ocupou espaço significativo na militância partidária. Transformações ocorreram na sociedade e o engajamento político dos jovens atuais deslocou-se da arena partidária para outros espaços de participação, mas muitos estudos ainda tendem a analisar a juventude de hoje pelos olhos da juventude do passado e apresentam visões distorcidas da atual realidade.

Da mesma forma Baquero e Cunha (2011, p.62) afirmam que:

A participação social juvenil se realiza de várias formas, pode ser vista sobre vários ângulos e vem sendo analisada através de múltiplas abordagens. A juventude tem sido uma das principais protagonistas tanto dos efeitos das crises econômicas, como do esgotamento das formas políticas na região latina americana. Isso tem possibilitado distinguir em duas dimensões as formas de organização e participação juvenis. Por um lado, a participação juvenil nos chamados movimentos sociais. Por outro lado, a participação em organizações sociais em torno de produções culturais que podem se converter em contra hegemônica, alternativas ou contra-culturais.

A consolidação da democracia na América Latina está constituída, portanto, por um crescimento significativo da participação da sociedade na esfera política em mecanismos não convencionais como ONGs, movimentos sociais e associações, entre outros espaços pode servir como importante trajetória para o ingresso no universo político institucionalizado, a exemplo, dos partidos políticos. A sociedade ao estabelecer contato direto com mecanismos da política em geral, tem se habilitado e estimulado a reivindicar e participar das discussões políticas do país. Este processo, não é diferente com os jovens, pois o que os estudos têm demonstrado é de que eles tendem a negar a participação na política partidária, porém a participação em instituições não convencionais pode os levar para o contato com a política partidária e institucionalizada (NICOLETTI, 2013).

Nesta direção, percebe-se que os jovens se mostram cada vez mais críticos em relação a forma tradicional de fazer política, mas isso não significa que não estejam interessados no assunto, conforme dados da Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião de Jovens Brasileiros (2013) realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Mesmo com a crise ética que vivemos, os jovens estão se aproximando da política e discutindo com mais afinco as formas de fazer um controle eficaz sobre os governantes, como indicam, por exemplo, as letras de protesto do Hip Hop e o ativismo do Conselho Nacional de Juventude, instância que assessora

a SNJ, composta de 70 membros, a maioria da sociedade civil, das mais diversas instituições relacionadas a movimentos de jovens.

A juventude tem apresentado preocupação com os desfechos políticos e a agenda de reivindicações sociais, mas ainda apresentam resistência quanto à forma tradicional de fazer política, preferindo participar em movimentos sociais, ONGs e associações desvinculadas do Estado (BRENNER; CARRANO, 2008, p.70).

Castro e Vasconcelos (2007, p.110), nos chamam a atenção para o debate sobre a participação política, sua multidimensionalidade e complexidade:

Em síntese, faz-se necessário revisitar o debate sobre participação política e sujeitos (novos ou velhos ou híbridos) do fazer política, considerando: tipos de juventudes; questionando em que medida tem reflexões sobre o apoliticismo e orientação individualista e consumista dos jovens hoje – se tal figura não é uma simplificação da complexidade do real. Sem tomar, portanto, tais assertivas como verdades *a priori*, mas qualificando sentidos, há que diferenciar análises de agências, tipos de organizações associativas e político-partidárias, instituições formais da vida política e práticas políticas que estariam sob alvo de críticas de jovens e possivelmente também de não jovens das análises sobre culturas juvenis, projetos de vida e vontades juvenis, inclusive de inserção em cidadania ativa de diferentes tendências.

De fato, o tema participação política, quando referido as juventudes, mescla o racional/instrumental com o racional/emocional, questionando fronteiras formais e exigindo uma perspectiva dialética que relacione as condições da materialidade de vida e das culturas juvenis, já que em particular nos países estruturados por desigualdades de classes sociais e de múltiplos sistemas modelados por subalternidades, como as de gênero, raça e geração, entre outras, nos remetem a problematizar a concepção universal sobre a juventude e considerar os condicionantes estruturais que diferenciam os jovens. Neste sentido apontam Castro e Vasconcelos (2007, p.80), que “Há que também ter presente que estes são tempos pautados por individualismos narcíseos, inseguranças, medos e orientações por consumo, e levar em consideração os condicionantes estruturais, condições de vida que diferenciam jovens entre si”.

No que se refere aos movimentos juvenis expressos em ações coletivas nas ruas (face-a-face), os mesmos segundo Gohn (2014) têm se mobilizado através da difusão pelas redes sociais virtuais, e se manifestado em diferentes assuntos, como por exemplo: contra políticos “fichas sujas” e outras personalidades. Por outro viés, a juventude considera a política institucional como algo muito importante, entretanto, o reconhecimento da importância desta forma de fazer política não significa, contudo, que os jovens não sejam críticos aos operadores da política.

Esta discussão expressa um diagnóstico resultante das crescentes incoerências entre os modelos de ação da política institucionalizada e as práticas sociais, revelando que o poder que as instituições dispõem para dar sentido às biografias individuais está em declínio, afirma Augusto (2008).

Neste sentido, é pertinente agregar a Pesquisa Nacional da Juventude Brasileira e Democracia (IBASE/POLIS, 2005), na qual, maioria dos jovens participantes, revelou acreditar que a participação institucional em partidos políticos ou organizações similares é a forma mais eficaz para resolver os problemas do país. Entretanto, os partidos também foram percebidos como espaços pouco permeáveis à participação de jovens e onde eles sentem a maior possibilidade de haver manipulações e corrupção.

Por outro lado, os jovens pesquisados afirmaram que se engajariam mais facilmente em formas menos institucionalizadas de participação ainda que percebam estas como meios menos eficazes de resolver os problemas sociais, culturais e políticos do Brasil se comparadas com formas mais institucionalizadas, tais como os partidos políticos, de acordo com a pesquisa (IBASE/POLIS, 2005).

Tais informações remetem a concordância de Augusto (2008, p.164), em que os jovens tendem a olhar a política como “o que acontece no parlamento” e não tanto como “algo que afeta minha vida”. Não se trata de apatia, mas de um modo próprio da juventude de se relacionar com os processos democráticos. Desse diagnóstico é que resultariam as crescentes incoerências entre os modelos de ação da política institucionalizada e as práticas sociais, revelando que o poder que as instituições dispõem para dar sentido às biografias individuais está em declínio.

Nesse processo, é necessária a ressalva de que os jovens têm se afastado da política institucionalizada, mas não da democracia. Para os jovens, a democracia surge associada a um desejo de liberdade e autonomia que é inteiramente congruente com as perspectivas de renovação da democracia. Por outro lado, salienta-se que a democracia está mais estreitamente vinculada ao plano existencial dos jovens e não ao plano político. Deste modo, Augusto (2008, p.164) destaca que é necessário “[...] não confundir desinteresse pela política com desinteresse pelos mecanismos formais e institucionais da política, em particular os partidos e as elites que as lideram”.

## Juventudes, Ações Políticas e Participação no Brasil

No campo dos compromissos internacionais, a questão da juventude foi marcada nos últimos 20 anos por vários avanços, notadamente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e na agenda dos países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude. Apesar dos avanços, de acordo com o IPEA (2009) os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos, contidos no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU, mostravam um quadro desolador da não concretização de direitos humanos para grande parte da juventude do mundo. De acordo com este documento, de um total de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 per capita por dia, 88 milhões não tinham emprego e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS).

No Brasil, ainda se observa a ausência de estudos que reconstituam os modos como foram concebidas as ações públicas destinadas aos jovens no século XX, embora, de modo geral, sejam perceptíveis algumas imagens, reiterando algumas das orientações latino-americanas, segundo Sposito e Carrano (2003).

Verifica-se através de Abad (2003, p.24) em linhas gerais que:

A evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos, esse autor sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude:

- a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980);
- b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985);
- c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000);
- d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Em acordo as classificações internacionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2004) as políticas federais no Brasil destinadas à juventude no Brasil, classificam os jovens na faixa etária entre os 15 e 29 anos, incluindo sujeitos com diferentes estatutos jurídicos e reconhecimento das dimensões de identidade interseccionadas por gênero, classe social, raça, etc.

Nesta direção, o governo federal sancionou a Lei 11.129/2005, que criou a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), ambos vinculados a Secretaria Geral da Presidência da República, com responsabilidades sobre as políticas públicas voltadas “[...] aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e



nove) anos, ressalvado o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente” (BRASIL, Lei 11.129/2005, art.11).

Destaca-se também o Estatuto da Juventude que tramitou na Câmara dos Deputados e no Senado Federal por anos, sendo criado em 2013 através da Lei 12.852/2013. Conforme a SNJ, o Estatuto reafirma os direitos dos jovens pertencentes a faixa etária entre 15 e 29 anos, firmando-se como instrumento legal que determina os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro.

Os jovens ocupam, hoje, um quarto da população do País. Isso significa 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. A pesquisa mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 36% estudam e 22, 8% trabalham e estudam simultaneamente, de acordo com dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Um levantamento realizado em 2013 pela SNJ, sobre o perfil dos jovens brasileiros, aponta que entre os mais novos, na faixa de 15 a 17 anos, 65% estudam e 16% trabalham. Entre os jovens de 25 a 29 anos, mais de 70% trabalha ou está procurando trabalho, enquanto apenas 12% ainda estuda. (BRASIL/SNJ, 2013)

Após os eventos registrados a partir de 2005 em relação à agenda juvenil, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), da realização das Conferências Nacionais de Juventude (2008 e 2011), foi se delineando os princípios e diretrizes da Política Nacional de Juventude (PNJ). Esta política está alicerçada em dimensões, diretrizes e eixos que foram construídos ao longo da sua trajetória, conforme destaca Queiroz (2013, p. 49-50).

*A dimensão Institucional* diz respeito a parceria entre o Conselho e a Secretaria Nacional de Juventude e permitiu a criação de órgãos de gestão da juventude nos diversos municípios brasileiros, além da criação de Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude, que vieram a fortalecer ainda mais a política juvenil. *A dimensão internacional*, no tocante a manutenção permanente do intercâmbio com outros países, sobretudo a América Latina. *A Dimensão Legal* que se constitui no marco legal integrado pela emenda constitucional 65, que inseriu o termo “jovem” no texto constitucional, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, pelo Estatuto da Juventude que estabelece a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis e pelo Plano Nacional de Juventude, que estabelece um conjunto de metas que os governos – federal, estadual e municipal – deverão cumprir em relação à política juvenil em um período de dez anos.

Conforme Queiroz (2013) a dimensão *Institucional* compreende o campo de relação entre os diferentes níveis de deliberação, formulação e execução das agendas e políticas públicas nacionais e locais voltadas à juventude. Já a *Internacional*, baseia-se na promoção de

intercâmbios, uma estratégia para os jovens vivenciarem diversas experiências com outros países, principalmente da América Latina, no que se refere a formas de participação e atuação na política. A dimensão *Legal* corresponde aos direitos que a juventude conquistou e novos que deverão ser adquiridos, para isso, reitera-se a necessidade da ocupação de espaços de poder pelos jovens, ciente de que a efetividade de políticas juvenis (municipal, estadual ou federal) depende de um pacto federativo para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Juventude. (QUEIROZ, 2013).

Os jovens, ao contrário do que insinua o senso comum, não são desinteressados da participação na vida pública afirma Carrano e Brenner (2008, p. 67), o que é fato, contudo, diagnosticado por diferentes investigações no Brasil e em outros países, “[...] são as mutações nas formas e conteúdo da participação motivadas pelas novas configurações sociais que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem processos de participação”.

Evidentemente não são todos os jovens que mantêm a motivação para a participação, porém, é um número reduzido que se encontra disposto a fazê-lo em espaços tradicionais e institucionalizados e também em torno de propostas cujos significados não dialogam com as contemporâneas condições de vivência do tempo da juventude, de acordo com Carrano e Brenner (2008, p.67):

Um dos traços característicos da vida juvenil, hoje, vem a ser o maior campo de autonomia que os jovens possuem frente aos adultos e às instituições, e a capacidade que os jovens têm demonstrado na invenção de novos espaços em tempos de participação.

Logo é necessário compreender que se torna comum a referência na literatura sobre juventude a advertência de que são várias as culturas juvenis, as tribos, e o cuidado necessário contra generalizações. É comum se fazerem generalizações a partir de microcosmos ou visões parciais de uma realidade cada vez mais múltipla e diversificada, principalmente quando se trata da participação de jovens (NOVAES; VANNUCHI, 2004).

Ainda sobre o tema em questão, segundo Castro e Vasconcelos (2007, p. 80):

Hoje, os jovens estão engajados em ONGs e associações que lutam contra a homofobia, contra o racismo, pela qualidade do meio ambiente. Por outro lado, circulam e combinam vários espaços que não se contrapõem necessariamente, o que corrobora a negação de que participação se refira a um tipo exclusivo de filiação.

Para aprimorar o contexto discorrido, considera-se uma pesquisa domiciliar realizada com jovens entre 15 e 29 anos em diferentes áreas do Brasil, desenvolvida pela UNESCO (2004), a qual apurou que 27,3% dos jovens brasileiros declararam que participam ou já participaram de alguma organização associativa, o que representa, em termos absolutos, aproximadamente 13 milhões de jovens distribuídos por ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, ecológicos, sindicatos, agremiações esportivas, grupos de dança, de música e congêneres.

Verifica-se que sobre os tipos de associação as quais pertencem ou pertenceram, 81,1% indicaram as de caráter religioso, 23,6% as do tipo organizacional (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), 18,7% as de caráter corporativo (trabalhista e estudantil) e 3,3% as de caráter partidário (UNESCO, 2004).

Entre os estudos que abordam a juventude, encontramos vários autores que discorrem sobre o distanciamento do jovem aos meios convencionais de participação política, entre elas os partidos políticos. De acordo com Nascimento (2012, p.321) tais instituições (partidos políticos) se apresentam para os jovens “[...] sempre com uma face por demais burocrática e limitadora, estriada, portanto”.

Entretanto, Nascimento (2012) aponta que apesar das críticas realizadas pelos jovens em relação aos partidos políticos, estes assimilam que os mesmos são atores fundamentais para a democracia representativa, reconhecendo seu papel como interlocutores entre o sistema político e a cidadania.

Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (2013) constatou que 54% dos jovens entrevistados consideram a política muito importante, 29% mais ou menos importante, 1% não respondeu e apenas 16% opinou como nada importante, este número da alta importância dada a política não significa, contudo, o engajamento pessoal. Em relação ao título de eleitor - mecanismo básico para participação no sistema democrático através do voto -, o mesmo possui grande adesão por parte dos jovens, mesmo aqueles que a faixa etária é facultativa. A pesquisa apresentou que 2/3 dos jovens, ou seja, 55% realizaram ou pretendem realizar o título, sendo que desse total, 10% antes dos dezoito anos de idade.

A mesma pesquisa questionou também sobre as formas de atuação do jovem que podem ser efetivadas tendo em vista ajudar o Brasil e concretizar o desejo de mudar e melhorar o nosso país. Assim, sobre a valorização das formas de atuação, 46% dos entrevistados mencionaram a participação em mobilizações de rua e outras ações diretas. Outros 45% citam a atuação em associações ou coletivos que se organizam de alguma forma, também se destacam a atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros

canais de participação desse tipo (36%); a atuação pela Internet, opinando sobre assuntos importantes ou cobrando os políticos e governantes (35%) e para fechar esta questão a atuação em partidos políticos (30%). Precisamos ressaltar a valorização da atuação nos partidos políticos, que obteve menção de 30% dos jovens, dado este que se torna significativo para a presente pesquisa, ou seja, mesmo sendo o indicador com menos valorização ele fica muito próximo das demais respostas obtidas.

A última questão que contribui diretamente com esta pesquisa trata-se do grau de participação em associações e entidades. A maioria dos entrevistados afirmou que nunca participou nem participaria da maior parte dos tipos de associações, entidades e grupos citados, conforme os resultados da Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (2013, p.38):

Dentre eles, destacam-se negativamente como entidades em que nunca participaram nem gostariam de participar: partido político (88%); entidade ou movimento por alguma outra causa, ou qualquer outro grupo (81%); cooperativa (74%); entidade ou grupo de mídias livres ou alternativas (66%); associação de defesa do consumidor (63%), grupo ou associação de trabalho voluntário não religioso (60%), entidade ou movimento em defesa de grupos discriminados (60%); associação profissional ou sindicato de trabalhadores (59%); movimento ligado a saúde, moradia, educação ou transportes (56%); sociedade de amigos do bairro, associação comunitária ou de moradores (55%), grupo religioso que se reúne para ações assistenciais ou políticas (55%), grupo artístico ou cultural (51%), e associação estudantil, grêmio ou centro acadêmico (50%). Os únicos tipos de grupos em que a maior parte nunca participou, mas gostaria de participar foram: grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico (51%) e clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer (42%).

Cabe ressaltar todas as respostas para o indicador dos partidos políticos. Sendo mencionado negativamente como nunca participaram e nem gostariam de participar os cerca de 88% dos entrevistados; 7% afirma que já participaram, mas não querem voltar a participar; 3% participou antes; e apenas 2% participa atualmente.

Em síntese pode-se observar um reconhecimento por uma parte significativa dos jovens sobre a importância dos partidos políticos (30%) para mudar e melhorar o país, embora isto não signifique uma opção ou engajamento pessoal pela maioria, conforme Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (2013).

Na lógica de que o papel dos partidos políticos se baseia na interlocução entre o sistema partidário e a cidadania, fortalecendo assim as instituições políticas que tem se mantido intactas ao longo do tempo, Pérez (2006) conclui também com a evidente necessidade em destacar que os processos eleitorais permanecem como parte central do regime e que para o mesmo os partidos políticos são indispensáveis.

Geralmente “[...] jovens engajados, com poder de liderança e por dentro das principais discussões políticas”, são constantemente abordados por diferentes partidos políticos interessados em sua filiação partidária, enfatiza Bertollo (2008, p.30). Os partidos estão utilizando de estratégias para captação, como: a aproximação de lideranças comunitárias e estudantis, o convite para participar de reuniões e a utilização da internet como mecanismo de comunicação.

Nesta perspectiva, percebemos segundo Bertollo (2008, p.30) que a maioria dos “[...] partidos estabelecem objetivos de se aproximarem das questões relativas aos jovens e de incentivarem a sua participação partidária, os partidos políticos procuram criar meios de comunicação direta com a juventude”.

Os jovens se orientam em “[...] princípio pela irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica e essas são construções importantes para o novo, para renovação”. Nesta direção a participação de jovens é importante não somente para eles, mas também para rejuvenescer o fazer política e renovar a coisa pública, segundo Castro (2007, p.105).

Augusto (2008, p.164) ressalta a importância da compreensão democrática exercida pelos jovens, afirmando que a democracia para estes sujeitos surge associada a um desejo de liberdade e autonomia que é inteiramente congruente com as perspectivas de renovação, destacando que a democracia está mais estreitamente vinculada ao plano existencial dos jovens e não ao plano político institucionalizado, sendo necessário “[...] não confundir desinteresse pela política com desinteresse pelos mecanismos formais e institucionais da política, em particular os partidos e as elites que as lideram”.

Verifica-se através de Castro (2007) que a participação sugere pertencimento, reconhecimento, exercício do direito de ser sujeito, cidadania por construção de democracia, processo que não depende somente dos jovens e de suas entidades. Assim, conclui-se mediante as considerações de Castro (2007) que os jovens têm sua orientação voltada ao princípio da irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica e essas são construções importantes para a renovação da cultura política.

### **Considerações finais**

A presente revisão bibliográfica e documental ao tomar como base a teoria das ações coletivas e a teoria da cultura política tendo em vista a análise do processo de participação de jovens em ações coletivas e espaços institucionalizados de poder na América Latina e no

Brasil, identificou que de maneira geral, os jovens, ao contrário do que sugere o senso comum, não são desinteressados da participação na vida pública.

De acordo com os dados levantados pela Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros é possível verificar que a participação política de jovens é importante, sendo expressa principalmente em movimentos sociais, entre outros espaços de ações coletivas.

No que se refere à participação de jovens em espaços institucionalizados de poder, se identificou que o jovem considera este espaço fundamental para gerar mudanças na sociedade e embora exista este reconhecimento, não significa que os mesmos não sejam críticos aos operadores da política partidária, e de fato sua desconfiança nestes espaços tem implicado em sua participação nestas esferas.

Conclui-se que os jovens têm sua orientação voltada ao princípio da irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica e essas são construções importantes para a renovação da cultura política e ampliação da democracia participativa.

## Referências

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud en Colombia. In: LEON, Oscar Dávila (Org.). **Políticas publicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: CIDPA, 2003.

AUGUSTO, Miguel. A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p.155-177. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/658>. Acesso em: dez 2017.

BAQUERO, Marcello. **Cultura política, democracia e capital social**. Revista de Sociologia Política. UFPR. Curitiba, 2003. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3642/2899>. Acesso em: jun.2017.

BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia. A Corrupção como Limite à Participação Política Juvenil: um estudo em democracias sulamericanas. In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. (Org.). **Forma de (ex) pressão juvenil e (in) visibilidade social**. Cascavel: Coluna do Saber, 2011, p.55-77.

BERTOLLO, Milena. **Juventude e Participação Política**: motivações, trajetórias e representações. 2008. 173 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_525\\_.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_525_.pdf). Acesso em: dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº11.129/2005**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>. Acesso em: dez. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Agenda Juventude Brasil - Pesquisa Nacional: Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1981/1981.pdf>. Acesso em: 9 dez 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.852, de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: dez 2017.

BRENNER, Ana; CARRANO, Paulo. **Formas e Conteúdos da Participação de Jovens na Vida Pública**. Revista Proposta Fase. Juventude: a arte do poder; jan/mar de 2008, Ano 32 n. 115, p. 66-71. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2008/03/proposta-115-finalpdf>. Acesso em: 7 jun 2017

CARRANO, Paulo; BRENNER, Ana. **Juventude: a arte do poder**. Revista Proposta –FASE, n. 115, v.32, p. 66-71. Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO, Mary. Juventudes e participação no Brasil: re-acessando debates. **Cadernos Adenauer VIII**, n.2, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/9685-1442-5-30.pdf>. Acesso em: dez 2017.

CASTRO, Mary; VASCONCELOS, Augusto. **Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações**. Secretaria Nacional de Juventude. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>. Acesso em: 09 jun 2017.

CICCHELLI, Vincenzo. The Contemporary Engagement of Young people in France: normative injunctions, institutional programs and the multiplying forms of grouping. **Italian Journal of Sociology of Education**, v.1, n.2, 2009. p. 104-127. Disponível em: <http://ijse.padovauniversitypress.it/issue/1/2>. Acesso em: dez. 2017.

Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro. **Juventude e Integração Sul-Americana: caracterização de situações e organizações juvenis**. Rio de Janeiro, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 46, n. 1, p. 10-17. São Leopoldo, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e associativismo no Brasil atual. In: GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. In: **Lua Nova**, n.70, p.139-170. São Paulo, 2007.

IBASE/POLIS. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ibase/Pólis, Relatório Final de pesquisa, 103 p. 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 2 jun 2017.

IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA. 2009.

KLIKSBERG, Bernardo. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. **RAP**. Rio de Janeiro 40(5):909-42. 2006.

MELUCCI, Alberto. Juventude, Tempo e movimentos sociais. **Revista Young**, Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, p. 3-14.



NASCIMENTO, Marcos Roberto. Parlamento Jovem, juventudes e participação política. In: MEDEIROS, Regina de P.; MARQUES, Maria E. (Orgs). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012, p. 305-325.

NICOLETTI, André Selayaran. Juventude em Ação: Uma discussão teórica acerca da Participação Juvenil na Disputa por vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul nas Eleições de 2010. Rio Grande do Sul, 2013. In: **XIII Encontro de Pós-Graduação da Furg**. Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2011.

NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Instituto Cidadania e Fundação Perseu. Abramo. SP, 2004.

QUEIROZ, Lucicleia. **Juventude, Lazer, Políticas Públicas e Participação**. Explorando os limites e potencialidades da participação de jovens na política pública em nível estadual e municipal: um estudo no estado do Acre, Brasil. Tese de doutorado. Universidade do Porto. 2013.

PÉREZ, Enrique. **Reflexiones sobre el desencanto democrático: El caso de los partidos políticos y los jóvenes em la ciudad de México**. Sociológica, 61, 95-134. 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de Redes no Estudo de Ações Coletivas e Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização**. São Paulo, 1999.

SCHLESENER, Anita. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Editora UFPR, 3 ed. Curitiba, 2007.

SILVA, Silmara Carneiro e. **A configuração do poder local institucionalizado em Carambeí e suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal**. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2008. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/281>.

SPOSITO, Marília; CORROCHANO, Maria. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED. São Paulo: Autores Associados, nº 24, 2003.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventud y Políticas em Brasil. In: DAVILA, O.(Org.) **Políticas Publicas de Juventud en América Latina:** políticas nacionales. Vina Del Mar: CODPA, 2003.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com as Juventudes.** Brasília: Unesco, 2004.